

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.407.286 - RJ (2018/0315963-8)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
AGRAVANTE : ANIBAL FARIA AFONSO
AGRAVANTE : HAMILTON PRISCO PARAISO JUNIOR
ADVOGADOS : HAMILTON PRISCO PARAÍSO JUNIOR (EM CAUSA PRÓPRIA)
E OUTRO - RJ035133
SÉRGIO AUGUSTO DE ALMEIDA CORRÊA - RJ057138
GLEYDSON BRUNO FERRAZ PATROCINIO - RJ149052
JOÃO FRANCISCO GAYOSO E ALMENDRA PRISCO PARAISO
- RJ148255
AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. FIXAÇÃO POR EQUIDADE. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial manejado por ANÍBAL FARIA AFONSO e OUTROS, em face de decisão que inadmitiu recurso especial interposto contra acórdão assim ementado (fls. 265/266 e-STJ):

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. DISTRIBUIÇÃO E INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. PRESUNÇÃO RELATIVA DE LIQUIDEZ E CERTEZA DA CDA. DESCUMPRIMENTO REITERADO, PELA EXEQUENTE, DE ORDEM JUDICIAL PARA JUNTADA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. HONORÁRIOS.

1. Reexame necessário e apelações cíveis interpostas por UNIÃO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL e, de forma adesiva, por ANÍBAL FARIA AFONSO, contra sentença que julgou procedentes os embargos à execução fiscal e condenou a UNIÃO FEDERAL ao pagamento de honorários advocatícios no valor de R\$ 500,00.

2. A UNIÃO FEDERAL foi intimada diversas vezes a trazer aos autos o processo administrativo do qual originou o crédito tributário inscrito em dívida ativa da União sob o nº 70699065970-86, como determinado às fls. 180, 192, 196, para aferição da validade da certidão de dívida ativa e julgamento do mérito do processo. Enfatize-se que houve dois mandados de intimação cumpridos na pessoa de Procuradores da Fazenda Nacional, com fluência do prazo in albis, sem manifestação da UNIÃO FEDERAL, razão pela qual, diante da inércia reiterada da UNIÃO FEDERAL, foi proferida sentença.

Referidos processos administrativos seriam necessários para comprovar (ou não) a alegação da Embargante, no sentido da ocorrência da prescrição do crédito tributário, na medida em que decorreu prazo superior a cinco anos desde a constituição do crédito tributário, sem causa suspensiva da exigibilidade ou interruptiva da prescrição demonstrada.

3. É certo que a CDA possui presunção relativa de certeza e liquidez por força do art. 3º da Lei 6.830/80 e do art. 204 do Código Tributário Nacional.

Todavia, a presunção de legitimidade que recai sobre a CDA não é justificativa para violação dos direitos à ampla defesa e devido processo legal. A desídia e a inércia da União Federal em atender às intimações judiciais para a juntada do processo administrativo fiscal obsta o direito de defesa do embargante, o que corrobora a inversão do ônus da prova e a procedência do pedido. Precedentes: APELREEX 0501352-49.2009.4.02.5101, Relator Juiz Federal Convocado THEOPHILO MIGUEL, TRF2ª – Terceira Turma Especializada, EDJ2F 28/06/2017; APELREEX 00345105020124025101, Relator Des. Fed. MARCUS ABRAHAM, TRF2 – Terceira Turma Especializada, EDJ2F 11/04/2017; AC 00185332419894025101, Des. Fed. LUIZ ANTONIO SOARES, TRF2 - Quarta Turma Especializada, DJE 16/09/2010.

4. Relativamente aos honorários, tendo em vista o trabalho realizado e os casos similares julgados por este Colegiado, o valor de R\$3.000,00 (três mil reais) corresponde à quantia compatível para remuneração dos causídicos, considerando a importância da demanda, a dedicação e o zelo do patrono (AC 200751015115359, Relator Des. Fed. MARCUS ABRAHAM, TRF2 – Terceira Turma Especializada, EDJ2F 21/06/2017).

5. Reexame necessário e recurso da UNIÃO FEDERAL aos quais se nega provimento. Apelação de ANÍBAL FARIA AFONSO provida.

Embargos de declaração opostos e rejeitados (fls. 292/293 e-STJ).

No recurso especial, os recorrentes alegam contrariedade ao art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC/1973 sustentando irrisórios o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) fixado a título de honorários advocatícios de sucumbência, considerando a responsabilidade assumida diante de uma causa envolveu a penhora de imóvel para garantia de débito no montante de R\$ 105.165,70 (cem e cinco mil e cento e sessenta e cinco reais e setenta centavos), motivo pelo qual pugnam por sua majoração.

Contrarrazões a fls. 309-317 e-STJ.

Neste agravo afirmam que seu recurso especial satisfaz os requisitos de admissibilidade e que não se encontram presentes os óbices apontados na decisão agravada.

É o relatório. Decido.

A Corte de origem, majorando os honorários fixados pela primeira instância no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) para R\$ 3.000,00 (três mil reais), assim dispôs em sua fundamentação (fls. 263/264 e-STJ):

Portanto, na esteira de precedentes do Superior Tribunal de Justiça, a verba honorária pode ser fixada em percentual inferior àquele mínimo indicado no § 3º do artigo 20, do Código de Processo Civil, a teor do que dispõe o § 4º do retrocitado artigo, porquanto esse dispositivo processual não faz qualquer referência ao limite a que se deve restringir o julgador quando do arbitramento dos honorários, mas tão somente aos critérios estabelecidos nas alíneas a, b e c do §3º, a fim de subsidiar sua apreciação equitativa.

Dessa forma, **concluo que o juízo sobre a aplicação dos critérios equitativos** previstos no art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC/73 (atual artigo 85, § 8º, do CPC/15) **não foi bem realizado pelo Julgador de primeira instância, o qual arbitrou honorários em R\$ 500,00.**

No caso, **tendo em vista o trabalho realizado e os casos similares julgados por este Colegiado, o valor de R\$3.000,00 (três mil reais) corresponde à quantia compatível para remuneração dos causídicos, considerando a importância da demanda, a dedicação e o zelo do patrono**

[...].

A jurisprudência desta Corte pacificou-se no sentido de que, sendo vencida a Fazenda Pública, os honorários serão fixados consoante apreciação equitativa do juiz, nos termos do art. 20, § 4º, do CPC, o qual se reporta aos elementos previstos nas alíneas do § 3º.

Confira-se, no ponto:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. [...] VERBA HONORÁRIA SUCUMBENCIAL. APLICAÇÃO DO ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. VALORES QUE NÃO SE APRESENTAM IRRISÓRIOS. AGRAVO INTERNO DO PARTICULAR A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

[...]

3. **Há ainda, julgado, em sede de repetitivo, pelo qual se entende que a condenação da Fazenda Pública, às verbas sucumbenciais em patamar abaixo do mínimo legal de 10%, não é ilegal**, face à redação do § 4o. do art. 20 do CPC/1973: REsp. 1.155.125/MG, Rel. Min. CASTRO MEIRA, DJe 6.4.2010.

4. Agravo Interno do Particular a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 234.504/RJ, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 13/5/2019, DJe 20/5/2019)

Prevalece no STJ a orientação segundo a qual a fixação por equidade da verba honorária envolve a apreciação de matéria de ordem fática, de sorte que não se admite seu reexame na via especial ante o óbice da Súmula 7.

Nesse mesmo sentido:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. ART. 535 DO CPC/73. [...] HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REEXAME. SÚMULA 7/STJ.

[...]

2. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória e a interpretação de cláusulas contratuais (Súmulas 5 e 7/STJ).

3. A revisão dos critérios de equidade utilizados pelas instâncias de origem para a fixação dos honorários advocatícios é vedada no âmbito do recurso especial (Súmula 7/STJ), salvo na hipótese de valores irrisórios ou exorbitantes, o que não se verifica no caso presente.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1.543.909/SC, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 4/6/2019, DJe 7/6/2019)

PREVIDENCIÁRIO. [...] HONORÁRIOS. MAJORAÇÃO. SÚMULA 7.

[...]

2. A fixação da verba honorária pelo critério da equidade, na instância ordinária, é matéria de ordem fática insuscetível de reexame na via especial, ante o óbice da Súmula 7.

Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 824.714/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 5/5/2016, DJe 12/5/2016)

Apenas excepcionalmente, permite-se que o valor da verba honorária seja revisto no âmbito do recurso especial, desde que o montante fixado seja irrisório ou exorbitante, o que não se verifica no caso dos autos, visto que o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) fixados pela Corte de origem corresponde a quase 3% (três por cento) do

débito informado pelos recorrentes (R\$ 105.165,70).

A propósito, confirmam-se, na parte que interessa:

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. [...] HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. FIXAÇÃO EM VALOR IRRISÓRIO. INTERVENÇÃO DESTA CORTE. POSSIBILIDADE. MAJORAÇÃO.

[...]

6. A jurisprudência desta Corte, levando em consideração os critérios definidos no § 3º do art. 20 do CPC/1973, **tem reconhecido que se mostra irrisória a fixação da verba honorária em patamar inferior a 1% (um por cento) sobre o valor do proveito econômico obtido na demanda, adotando, em regra, aquele percentual como piso mínimo para o arbitramento dos honorários.**

[...]

(REsp 1.348.272/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/10/2017, DJe 24/10/2017, grifo nosso)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. OFENSA À RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. POSSIBILIDADE DE REVISÃO DO JUÍZO DE EQUIDADE. EXCEPCIONALIDADE CONFIGURADA.

1. Na forma da jurisprudência do STJ, vencida a Fazenda Pública, para a fixação do quantum dos honorários advocatícios, o magistrado deve levar em consideração o caso concreto em face das circunstâncias previstas no art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC/1973, utilizando-se do juízo de equidade e podendo adotar como base de cálculo o valor da causa, o valor da condenação ou mesmo arbitrar valor fixo, não ficando adstrito aos percentuais legalmente previstos. Posicionamento firmado sob o rito do art. 543-C do CPC/1973 (REsp 1.155.125/MG, Rel. Min. Castro Meira, Primeira Seção, DJe de 6/4/2010).

2. É pacífico, nesta Corte Superior, o entendimento de que, em regra, a revisão do valor fixado em honorários advocatícios exige novo exame dos fatos e provas dos autos, o que é vedado pela Súmula 7/STJ. Esse obstáculo apenas pode ser afastado quando se verificar excesso ou insignificância da importância arbitrada, ficando evidenciada ofensa aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

3. No caso, **o montante fixado equivale a 0,01% do valor da causa, percentual este que é desproporcional ao proveito econômico discutido (R\$ 8.184.855,84), configurando-se a hipótese da irrisoriedade. Assim, cabível a revisão da verba com sua consequente majoração para 1% do valor atribuído à causa.**

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1.465.953/SP, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 20/9/2018, DJe 26/9/2018, grifo nosso)

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator

